



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

UMA ESCOLA IGUALITÁRIA NAS DIFERENÇAS

MÁRCIA ANTÔNIA FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

UMA ESCOLA IGUALITÁRIA NAS DIFERENÇAS

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Maria Angélica Araújo Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁRCIA ANTÔNIA FERREIRA

UMA ESCOLA IGUALITÁRIA NAS DIFERENÇAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Dr. Francisco Ângelo Coutinho

Prof.

Professora Maria Angélica Araújo Ribeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a dois amores: Eduardo, meu marido, e Daniel, meu filho, pois são meus colaboradores e incentivadores, portanto alicerce na minha vida pessoal e profissional.

Dedico ao meu pai, que hoje ausente, foi um incentivador dos meus estudos.

Dedico também às minorias que são vítimas de um sistema marcado pela discriminação e injustiça social.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Mestre Jesus, exemplo de amor incondicional, sem preconceitos e em defesa dos excluídos e marginalizados pela sociedade.

À Renata Rodrigues de Matos Oliveira, aluna do Curso de Gestão Escolar, que colaborou bastante comigo na reformulação do PPP e incentivou-me a prosseguir.

"O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho. Por isso os educadores, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deveriam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos."
Rubem Alves

"A árvore que o sábio vê não é a mesma árvore que o tolo vê".
William Blake

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Padre Camargos o tema “Educação inclusiva” e criar espaço para a discussão do assunto, bem como elaborar propostas capazes de levar a escola, na prática, a se tornar um ambiente acolhedor para os alunos de inclusão. A educação inclusiva parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. A escolha do tema, embora pareça paradoxal, visa à busca de uma escola igualitária nas diferenças, que trata de forma equânime os desiguais. Uma escola que busca conhecer seus alunos, suas dificuldades e visa à promoção de um tratamento justo, que através da diferença que cada um apresenta consiga se formar cidadãos desprovidos de preconceito, mais tolerantes e capazes de lidar com a diversidade. Para que isso ocorra se faz necessária uma visão sem preconceitos, que respeita as diferenças sem inferiorizar, sem o olhar de pena. Através de uma gestão democrática capaz de gerar uma força motriz em torno do corpo docente, comunidade, alunos e demais integrantes é possível criar na escola espaço para que a inclusão adquira uma nova roupagem, ou seja, uma visão que não seja acompanhada de incomodo, desconforto ou de mais trabalho para a escola que já é sobrecarregada. Se a inclusão for vista sob a perspectiva do respeito aos direitos humanos, com certeza a escola conseguirá adotar um novo olhar para aqueles que já apresentam dificuldades. Através do Projeto Político Pedagógico o gestor poderá mobilizar o corpo docente, coordenadores pedagógicos, conselho escolar e outros segmentos da escola para a discussão do assunto, e através de parceria ter um ponto de partida para tornar a escola um espaço verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: educação inclusiva, direitos humanos, respeito às diferenças, projeto político pedagógico, gestor.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. APRESENTAÇÃO.....	9
1.2. JUSTIFICATIVA.....	10
1.3. OBJETIVOS.....	13
2. DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1 - A Inclusão como um Desafio na Escola Estadual Padre Camargos.....	14
2.2 - Gestão Democrática na Escola e a Construção de Um Ambiente Inclusivo	16
2.3 - A formação dos professores e a escola inclusiva.....	18
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
5. ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	24

INTRODUÇÃO

1.1 - Apresentação

O principal objetivo deste trabalho é identificar as dificuldades enfrentadas na sala de aula, pelos professores da rede regular de ensino, em especial os professores da Escola Estadual Padre Camargos, quanto ao aumento na demanda de matrículas dos alunos portadores de necessidades especiais. O tema escolhido tem como proposta abordar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Padre Camargos a “Educação inclusiva” e criar espaço para a discussão do assunto, levando a escola na prática, a se tornar um ambiente acolhedor para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

De acordo com o Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, versão 2, atualizada em maio de 2014, (p. 9 e 10):

“[] caracteriza-se aluno com deficiência aquele que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Conforme o Educacenso as deficiências são as seguintes: cegueira, baixa visão, surdocegueira, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla. O transtorno global do desenvolvimento (TGD) são alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação e/ou estereotípias motoras. Fazem parte dessa definição alunos com Autismo infantil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância, conforme o Código Internacional de Doenças (cid10) e Educacenso. As altas habilidades caracterizam-se pelo potencial elevado nas diferentes áreas de seu interesse, isoladas ou combinadas entre si, tais como: realização de operações lógicas, talento nas artes plásticas e na música, habilidades de liderança e comunicação, capacidade de auto-percepção e empatia, entre outras. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de interesse.” (SEE/MG 2014, p.9 e 10)

A existência de leis que garantem o acesso de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação não concretiza a inclusão no ambiente escolar. Para que a inclusão seja realmente

efetivada na prática é necessário que a gestão democrática mobilize todos os atores da escola na construção de um cenário realmente inclusivo.

Os princípios fundamentais de igualdade, fraternidade e liberdade provocam na sociedade a discussão sobre o respeito e a valorização das diferenças. Na área educacional, profissionais, pais e estudiosos, estendem as discussões a respeito das medidas legais e institucionais que normatizam a inclusão e garantem uma educação para todos, centrada no respeito e valorização à diversidade. Essas discussões são importantes por promoverem um maior entendimento nessa área. A impressão que se tem é que a escola se tornou inclusiva de uma hora para outra, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Lei nº 4.024/61 já apontava os direitos dos “excepcionais” à educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

1.2 – Justificativa

A Escola Estadual Padre Camargos situa-se em uma área de periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Contagem, bairro Riacho das Pedras. Atende aproximadamente 1.700 alunos em três turnos. Apesar da violência e do tráfico de drogas no entorno, a escola é preservada, porque é reconhecida como referência de qualidade de ensino pela comunidade local.

Como a escola é uma referência de qualidade de ensino no bairro, as famílias dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação preferem matriculá-los nessa escola, sem considerar que a mesma ainda não se adaptou para atendê-los de forma adequada. A lei garante a esses alunos o direito de serem matriculados nas escolas próximas de suas residências, tendo acesso a espaços comuns de aprendizagem, bem como ao Atendimento Especializado.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Padre Camargos não trata do tema proposto nesse trabalho. A educação inclusiva, embora seja um direito garantido por lei, infelizmente no Brasil, ainda é vista como uma novidade. Há pouco

tempo os alunos eram encaminhados para as escolas especializadas e as famílias desconheciam o direito de matriculá-los na escola regular.

Atualmente a demanda por vaga de inclusão na Escola Estadual Padre Camargos cresceu muito, e esse crescimento gerou um desconforto na escola, que não se encontra preparada para lidar de forma igualitária e sem preconceitos com essa diferença. O corpo docente geralmente se sente inseguro para atender a esse tipo de aluno, e a falta de esclarecimento acaba dificultando a permanência desses alunos na escola.

A Escola Estadual Padre Camargos encontra atualmente muitas dificuldades para lidar com a demanda referente aos alunos com necessidades especiais, além da falta de capacitação, a escola também enfrenta muitos problemas quanto à infraestrutura, pois não possui acessibilidade arquitetônica. O prédio é antigo, não possui rampas. Os banheiros estão em situação precária. A escola possui uma necessidade urgente de reforma e adaptação para receber os alunos com mobilidade reduzida.

A Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) desenvolve ações visando à adequação das escolas públicas para receber e atender, com qualidade, os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, junto aos demais alunos. As ações previstas são: oferecimento dos atendimentos educacionais especializados, promoção da acessibilidade arquitetônica e tecnológica, capacitação de educadores e formação de redes de apoio para o público alvo da Educação Especial nos municípios mineiros.

A Escola Estadual Padre Camargos ainda não explora as possibilidades oferecidas pelo governo devido ao Projeto Político Pedagógico não contemplar a inclusão. A falta de esclarecimento na escola sobre a inclusão gera atraso e muitas dificuldades no atendimento às famílias e alunos envolvidos nessa situação. O corpo docente e demais segmentos da escola não têm segurança para lidar com as novas situações, o que gera um ambiente não propício para o atendimento nesses casos.

Segundo João Ferreira de Oliveira (2010):

[] A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na

construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA 2010,p.28)

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil assume um enfoque diferente das versões anteriores. Em seu art. 205, “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Além disso, a Constituição deixa claro, que um dos princípios do ensino será “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Este documento também deixa claro que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury (2015):

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialógica, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam "cidadãos ativos" participantes da sociedade como profissionais compromissados. (CURY, 2015, p.11)

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Padre Camargos precisa ser reformulado para contemplar a educação inclusiva, para isso os participantes da construção do PPP precisam se articular para alcançar os resultados previstos em lei e necessários ao atendimento desses alunos e comunidade local. Segundo Barbier (1996):

[] projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isso, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma ideia, transformando-a em ato.(BARBIER, 1996, p.19)

Um Projeto Político Pedagógico que retrata a realidade do ambiente escolar e suas necessidades, elaborado em conjunto com vários segmentos da escola e comunidade, proporcionará aos estudantes um desenvolvimento qualitativo e equânime, que caminha ao encontro de uma sociedade mais justa, que promove a partilha com os menos favorecidos e se coloca a favor do cidadão.

1.3 - OBJETIVOS:

O objetivo deste trabalho é abordar as dificuldades que os docentes da Escola Estadual Padre Camargos enfrentam para trabalhar com a educação inclusiva.

Uma das dificuldades encontradas na Escola Estadual Padre Camargos é a falta de *formação do corpo docente para lidar com os alunos portadores de necessidades* especiais. A proposta aqui apresentada é a de identificar as dificuldades encontradas pelos professores para lidar com a inclusão na sala de aula e promover ações que venham possibilitar na prática, e não somente no papel, a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais.

Muitos professores são resistentes para trabalhar com alunos de inclusão devido ao medo, preconceito, falta de incentivo financeiro, falta de formação adequada, falta de conhecimento sobre as leis que regem o assunto e ainda um despreparo para lidar com as famílias que muitas vezes tentam transferir toda a responsabilidade do fracasso escolar do aluno para a escola. Geralmente as famílias de alunos com necessidades especiais por lidarem com tantas dificuldades e preconceitos já chegam à escola dispostas a brigar, se tornam mais intolerantes com a escola por achar que esta vai dificultar o acesso e permanência do aluno.

Através da parceria da escola com a família, do apoio do conselho escolar, da inserção de propostas que contemplem a inclusão no Projeto Político Pedagógico é possível transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Segundo Alaíde Pereira JAPECANGA (2001):

[] para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos:1) a eliminação do autoritarismo centralizado; 2) a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e o distanciamento em relação, principalmente à comunidade; 3) a eliminação do binômio dirigente / dirigido; 4) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia-a-dia. Nesse sentido, a escola poderá ser vista pelas classes trabalhadoras como um espaço vital na luta a favor da continuidade da vida. (JAPECANGA, 2001, p. 8)

O gestor é o responsável por criar na escola um ambiente favorável à cooperação e solução de problemas, através da gestão democrática, que valoriza as relações de trabalho e faz com que todos se sintam responsáveis pela escola.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 - A Inclusão como um Desafio na Escola Estadual Padre Camargos

A educação inclusiva é um desafio para a Escola Estadual Padre Camargos, pois mesmo sendo um direito garantido por lei, ainda são muitas as barreiras que impedem, na prática, que a escola seja verdadeiramente inclusiva.

A educação no Brasil, apesar de vários percalços, apresenta alguns progressos, entre eles o acesso da classe popular nas escolas. Considerando que a educação por um longo tempo foi voltada e pensada para a elite, essa abertura da escola para a classe popular abriu espaço também para o aumento das matrículas dos alunos portadores de necessidades especiais. O reconhecimento da educação como direito de todos levou vários segmentos da sociedade civil a exigí-los de acordo com o que prevê as leis. Segundo MAZOTTA (2005):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.(MAZOTTA, 2005, p.15)

A Escola Estadual Padre Camargos é uma escola de referência de ensino de qualidade na comunidade, e isso, tem gerado um aumento na demanda de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais.

A Escola Estadual Padre Camargos cumpre a lei em relação à matrícula dos alunos portadores de necessidades especiais, mas não se encontra preparada na prática para que os mesmos tenham sucesso na aprendizagem e permanência na escola. As dificuldades estão relacionadas à estrutura física e também à falta de capacitação da equipe para lidar com a situação. Várias são as leis que garantem aos portadores de necessidades especiais o direito ao ensino na escola regular,

como por exemplo, a Lei nº 7.853, de 24 outubro de 1989, art. 8º que constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa a quem “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta”.

Embora a lei seja de 1989, para a escola de ensino regular, em especial a Escola Estadual Padre Camargos incluir esses alunos é um novo desafio. Há pouco tempo a escola recebia no máximo um aluno de inclusão por ano, atualmente a escola recebe uma média de três alunos em cada turma.

Um grande desafio para o gestor da Escola Estadual Padre Camargos é levar as pessoas a acreditarem na eficácia das classes heterogêneas, pois ainda há nas escolas contemporâneas resquícios da educação tradicional, cujo sonho era uniformizar os alunos; ou seja, formar classes com alunos que tenham o mesmo nível de desenvolvimento. Para MANTOAN (2005), uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, inclusão é:

[] a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Inclusão é estar com, é interagir com o outro” (MANTOAN, 2005, p.24)

Somente no final dos anos 50 e início da década de 60 é que ocorre a inclusão da educação especial na política educacional brasileira. Na escola tradicional os portadores de necessidades especiais eram encaminhados às escolas especiais ou excluídos. Classes homogêneas eram comuns nas escolas tradicionais, denominadas pela ordem alfabética, de acordo com o grau de desenvolvimento, geralmente medido por notas. Os alunos que ficavam nas turmas D, E ou F eram automaticamente discriminados, pois eram considerados atrasados, e devido a isso eram excluídos. Dentro das salas de aula ainda havia a separação das fileiras de alunos classificados como adiantados e atrasados, mas essa classificação, na verdade, refletia a condição social ou disciplinar do estudante. Falar de inclusão implica a existência da exclusão.

É preciso enxergar a escola com espaço de direito de todos e não de privilégios de alguns. Segundo MANTOAN (2002):

A sala de aula é o termômetro pelo qual se mede o grau de febre das crises educacionais, e é nesse micro espaço que as mudanças do ensino verdadeiramente se efetivam ou fracassam. Embora a palavra de ordem seja melhorar o nosso ensino, em todos os seus níveis, o que verificamos quase sempre é que ainda predominam formas de organização do trabalho escolar que não se alinham na direção de uma escola de qualidade para todos os alunos. (MANTOAN, 2002, p.18)

Na educação contemporânea é urgente superar o sistema tradicional de ensino, onde existe a crença de que a homogeneidade garante um maior sucesso aos supostamente iguais, e esse sucesso é prejudicado pelos que apresentam alguma diferença. A concepção da supremacia da igualdade entre “alguns” é uma falácia que precisa ser extinta do ambiente escolar. A escola precisa acabar com a cultura de que as classes heterogêneas prejudicam o desenvolvimento daqueles que apresentam mais facilidades.

2.2 - Gestão Democrática na Escola e a Construção de Um Ambiente Inclusivo

A gestão democrática na escola diz respeito a catalisação de esforços em prol de uma educação que respeita o direitos de todos ao ensino de qualidade. A gestão escolar democrática não privilegia uns em detrimento de outros, não encara a inclusão como um impedimento para que a escola tenha bons resultados em avaliações externas. Muitos profissionais da área de educação alegam que os alunos de inclusão influenciam negativamente o resultado das avaliações externas, e se sentem prejudicados quando esse resultado é atrelado a ganhos financeiros. Como no diz MANTOAN (1998):

O princípio democrático de educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas em um deles. (MANTOAN, 1998, p.120)

A gestão democrática é a mola mestra capaz de alavancar o progresso da inclusão no ambiente escolar. É preciso que o gestor mobilize esforços para que todos os atores envolvidos no espaço escolar acreditem que o aluno com deficiência é capaz de aprender, e que não está na escola somente para a socialização ou mesmo porque a lei exige. Aceitar que o aluno com deficiência é capaz de aprender

no ambiente escolar não significa negar suas limitações, mas buscar alternativas para que as diferenças não sejam motivos de discriminação e segregação.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Padre Camargos não contempla a inclusão. É necessário que se abra um diálogo sobre o tema e que todos os segmentos da escola sejam convidados para debater sobre o assunto. O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta fundamental para que o gestor consiga inserir na escola o debate sobre a inclusão. Através do Projeto Político Pedagógico o gestor poderá mobilizar vários segmentos da escola para a construção do ambiente inclusivo. De acordo com Ângelo Ricardo Souza (2005):

[] precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p.1)

O Conselho Escolar desempenha um papel fundamental na gestão democrática, pois através dele o gestor conseguirá apoio para colocar em prática os anseios da comunidade e dividirá a responsabilidade de obter resultados positivos para o sucesso da escola. É necessário que o gestor convide o Conselho Escolar para discutir a inclusão na escola, e que seja levantada a necessidade de maiores esclarecimentos sobre as leis que regem o assunto, além da divulgação de trabalhos realizados com sucesso nas escolas que estão na vanguarda do assunto. Segundo o MEC (2004):

As pessoas somente se comprometem com aquilo em que acreditam, com aquilo que lhes diz respeito, que faz sentido para suas vidas. Se é assim, então passam a querer exercer seu poder, participar das decisões, porque adquiriram a consciência de que estas afetam suas vidas. Só há efetiva participação e compromisso quando se estabelece a cultura do querer fazer, no lugar do dever fazer, para exercer o poder sobre o que nos pertence, o que diz respeito às nossas vidas, ao nosso futuro, que está vinculado ao futuro do coletivo social. (MEC, 2004, p.3)

A Escola Estadual Padre Camargos beneficiará os alunos portadores de necessidades especiais ao contemplar em seu Projeto Político Pedagógico a inclusão. Através da parceria com o Conselho Escolar, Associação de Pais, Grêmios Estudantis e com a Conferência Local da Comunidade Escolar poderá cumprir as exigências da lei e tornar a escola verdadeiramente inclusiva. Esta mudança beneficiará não só os alunos de inclusão, mas toda a escola, principalmente os professores, pois se sentirão inseridos no processo de mudança e melhorias. Segundo Ângelo Ricardo SOUZA (2005):

Essas instituições auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola. Todavia, isto tudo, como comentamos, pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas. (SOUZA, 2005 p.4)

Através da gestão democrática a Escola Estadual Padre Camargos poderá se tornar um referencial de educação inclusiva na comunidade onde está inserida. MANTOAN (2003): diz:

Penso que sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergar de outros ângulos o mesmo objeto/situações, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões... Essa transformação move o mundo, modifica-o, torna-o diferente, porque passamos a enxergá-lo e a vivê-lo de um outro modo, que vai atingi-lo concretamente e mudá-lo, ainda que aos poucos e parcialmente. (MANTOAN, 2003, p.16)

O gestor que traz para si os vários segmentos da comunidade, que busca o apoio das famílias e se preocupa com a capacitação do corpo docente certamente obterá sucesso em sua gestão.

2.3 - A formação dos professores e a escola inclusiva

Transformar a Escola Estadual Padre Camargos em uma escola verdadeiramente inclusiva exigirá do corpo docente a quebra de vários paradigmas.

Um deles é a segregação, ou seja, o pensamento de que o estudante portador de necessidades especiais não tem capacidade para aprender, ou que ele prejudica ou é prejudicado em uma sala de aula comum. Outro paradigma é o da escola ser vista como responsável para solucionar todas as mazelas sociais, a salvadora da Pátria, a responsável por resolver todos os problemas, inclusive o da deficiência. A escola embora esteja entrelaçada nos problemas sociais, pois esses se refletem nela, por muitas vezes também se coloca como vítima, sofredora. A escola precisa assumir o papel de transformadora do espaço social e não de refém do mesmo. A ineficácia do Estado em cumprir com as políticas públicas não exime a escola de desempenhar o papel de formadora de sujeitos críticos, preparados para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade. Sendo a educação direito de todos e o conhecimento “patrimônio da humanidade”, os portadores de necessidades especiais não podem ir à escola apenas para socialização e serem alijados dos conteúdos valorizados pela sociedade. Nesse sentido, Alexandre Guedes Pereira Xavier (2002) afirma que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002, p.13)

A inclusão exige dos professores conhecimentos que não foram adquiridos nos cursos de formação, isso exige que o gestor promova oportunidades para que o corpo docente adquira mais conhecimentos para lidar com a questão. O professor precisa ter capacidade de lidar com as diferenças e se adaptar diariamente com novas situações. Ele não precisa ser um especialista em diagnosticar doenças, mas sim estar preparado para lidar com a diversidade dos alunos e adaptar as atividades e conteúdos. Segundo MANTOAN (2006):

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades especiais. (MANTOAN, 2006, p. 57)

Uma escola de qualidade é aquela que luta para a emancipação, para tornar-se livre de estigmas do passado, da tradição perniciosa que não favorece as mudanças e a construção de novos paradigmas, segundo NAVARRO (2004):

A educação emancipadora rompe com qualquer padrão de qualidade, em decorrência do próprio desenvolvimento das relações sociais, não cabendo, portanto, “modelos” ou “esquemas”. Pode-se identificar, contudo, alguns atributos de uma escola de qualidade:

1. ser pluralista, porque admite correntes de pensamento divergentes com respeito à diversidade, ao diferente;
2. ser humanista, por identificar o homem como foco do processo educativo;
3. ter consciência de seu papel político como instrumento para a emancipação, combate às desigualdades sociais e desalienação dos trabalhadores. (NAVARRO, 2004, p.2)

A Escola Estadual Padre Camargos precisa investir na formação continuada de seus professores, pois esses estão na linha de frente. O professor é a ferramenta principal para que a engrenagem da escola funcione.

3 – Considerações Finais

A sensação de que os dias estão mais curtos e as horas mais rápidas refletem a pressa do mundo pós-moderno. É preciso correr para acompanhar o ritmo de tantas mudanças. A escola está inserida no meio de todas essas transformações e exigências do mundo globalizado. Para dar conta de tantas demandas é preciso se atualizar, abrir a cabeça. Preparar o aluno para ser cidadão do mundo, fazer com que seja atuante, crítico, protagonista de sua própria história.

Na atualidade uma das grandes mudanças exigidas na escola de ensino regular é a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A escola, então, se pergunta: e agora o que fazer? As mudanças na sociedade se refletem imediatamente na escola e esta necessita em todo momento se transformar para formar cidadãos atuantes no meio social. Só as mudanças na lei não são capazes de tornar a escola verdadeiramente inclusiva, é necessário mais.

É imprescindível que haja uma força tarefa, uma união de esforços para que as mudanças sejam efetivadas. Transformar o espaço escolar em um espaço inclusivo, respeitando o direito de educação para todos é talvez o maior desafio para escola contemporânea. A escola é o ponto de encontro das diferenças e precisa

lidar com elas sem tentar uniformizar. Precisa através das diferenças somar esforços para consolidar a verdadeira democracia, onde os direitos humanos são respeitados de forma suprema, sem privilégios.

Para Paulo Freire (1996):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica, é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (FREIRE, 1996, p.46)

A Escola Estadual Padre Camargos é um espaço de formação de sujeitos críticos, é respeitada no seu entorno e por isso precisa se atualizar, ser uma escola de vanguarda em relação aos anseios e necessidades de sua comunidade. Se transformar em uma escola inclusiva é possível. Através do esforço do gestor, da parceria com os segmentos da escola e comunidade a inclusão deixará de ser um obstáculo intransponível para se tornar uma realidade possível.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, BARBIER, Jean. M. Elaboração de projectos de ação e planificação. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10/02/2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca (UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 14/2/2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria para a Integração social da pessoa portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: SICORDE, 2007.

CURY, C. R. Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 13/2/2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 23ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JAPECANGA, Alaíde Pereira . A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica! Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 13/2/2015.)

MAZZOTTA, M. J. Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér , Inclusão Escolar, O que é? Por quê? Como Fazer? 1ª impressão, 4ª impressão Editora Moderna Ltda-Coleção Cotidiano Escolar- ano 2003

MANTOAN,	Maria	Tereza	Eglér.	Disponível	em
http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/2005 , p.24.					

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Publicado na Pátio – revista pedagógica – ARTMED/ Porto Alegre- RS, Ano V, nº 20, Fev/Abr/2002, pp.18-28.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela; ARANTES, Valéria Amorim. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. 2 ed. São Paulo: SUMMUS, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos Pedagógicos da Inclusão: A Formação do Professor tal como Concebemos e Realizamos. II Congresso Brasileiro Sobre Educação Especial. Curitiba, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação Especial. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado. Brasília: 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Texto extraído do Caderno:.. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília: DF, 2004.. (Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 16/2/2015.)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 31-35 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V) Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 13/2/2015.)

OLIVEIRA, J. F. A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 13/2/2015.)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, versão 2, atualizada em maio de 2014, (p. 9 e 10).

SOUZA, Ângelo Ricardo. Caminhos Possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 13/2/2015.)

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. Ética, Técnica e Política: a competência docente na proposta inclusiva". In: Revista Integração, ano 14, nº 24. Brasília; Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002.



ESCOLA ESTADUAL PADRE CAMARGOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

MARCIA ANTÔNIA FERREIRA

RENATA RODRIGUES DE MATOS OLIVEIRA

ROSANGELA GOMES

CONTAGEM, 2014

ESCOLA ESTADUAL PADRE CAMARGOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial, sob orientação da professora Mariângela Terra do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CONTAGEM, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Administrativa

2.2. Estrutura Pedagógica

3. CURRÍCULO

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

5. PROCESSOS DE DECISÃO

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

7. AVALIAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Padre Camargos é o resultado da ação conjunta da comunidade, corpo discente e docente, além de outros segmentos dentro da escola.

O objetivo do Projeto é delinear através de bases democrático-participativas a realidade da escola, bem como suas necessidades e expectativas. Definir metas, articular vários segmentos na busca de uma escola onde a liberdade de opinar, participar, construir junto, seja o objetivo principal do PPP.

Segundo João Ferreira de Oliveira

[] O PPP da escola deve de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento.

A gestão democrática ao ser incluída na Constituição de 1988 e ser referendada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1966 inaugura um marco histórico na educação brasileira. É necessário ressaltar a importância de se discutir o termo democracia, pois apesar dos avanços educacionais e até mesmo da construção de um bem elaborado PPP é notório que a democracia é exercida por muitos enquanto as ideias desses são acatadas. Basta uma crítica ou uma ideia que vai de encontro ao pensamento do gestor ou grupo gestor para que a democracia defina. Um processo democrático recebe, ouve, investiga e dá retorno às críticas. Os elogios são importantes em um processo democrático, mas são os questionamentos e as discordâncias, pautadas na ética e no respeito, que provocam o pensamento crítico e levam à mudança de rumo e conseqüentemente ao crescimento. Os elogios ajudam, mas as críticas promovem o crescimento através da análise e busca de novos caminhos. Segundo Ângelo Ricardo de Souza

[...] precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria

escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Os participantes da construção do PPP precisam se articular para que o resultado seja alcançado. Segundo Barbier (1996)

[] projetar significa procurar intervir na realidade futura a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isso, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato.

O Projeto Político Pedagógico tem a finalidade de articular vários segmentos que possam contribuir para efetivação do mesmo e favorecimento do exercício da gestão democrática com a participação da Conferência Local da Comunidade Escolar, Associação de Pais, Conselho de Escola e Grêmios Estudantis. Um Projeto Político Pedagógico que retrata a realidade do ambiente escolar e suas necessidades, elaborado em conjunto com vários segmentos da escola e entorno proporcionará aos estudantes um desenvolvimento qualitativo e equânime, que caminha ao encontro de uma sociedade mais justa, que promove a partilha com os menos favorecidos e a favor da vida.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Lei de nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), é a que estabelece a finalidade da educação no Brasil, como esta deve estar organizada, quais são os órgãos administrativos responsáveis, quais são os níveis e modalidades de ensino, entre outros aspectos em que se define e se regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. No texto O Direito pela educação Cury (pag 2) aponta que:

“A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil.”

Dentro dessa perspectiva entendemos que a educação no Brasil atualmente tem como finalidade preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho assim como é dever do estado e da família garantir o acesso e permanência às entidades escolares. Pois de acordo com Souza apud Baia Horta (1991):

“O planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (BAIA HORTA, 1991).”

Assim entendemos que se faz necessário a intervenção do estado para garantir os direitos relacionados à educação, mas, além disso, se faz necessário a compreensão da população sobre a importância da educação e quais são as suas possibilidades para modificar ou auxiliar a comunidade em que se está inserido a fim de se garantir juntamente com o estado uma educação que prime por direitos, mas também pela qualidade.

Nesse sentido a escola Padre Camargos em seu Projeto Político Pedagógico prima pelo planejamento participativo com o objetivo de garantir aprendizagem de conteúdos atitudes e habilidades a fim de propiciar estudantes críticos atuantes e conscientes de seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania. Assim a escola busca uma educação de qualidade baseada nos princípios norteadores dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Lei de diretrizes e Bases, assim como nas matrizes do Estado de Minas Gerais.

Logo entendemos que a educação ofertada pela Escola Padre Camargos deve passar os muros da instituição, com o papel de buscar a comunidade para fazer parte do cotidiano escolar e juntos preparar o alunado, dar o sujeito condições de viver dignamente dentro da sociedade, que ele seja um cidadão crítico e participativo, que possa em qualquer situação ter clareza de qual caminho será o norteador de sua vida.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. Segundo VEIGA

“A análise da estrutura organizacional da escola visa identificar quais estruturas são valorizadas e por quem, verificando as relações funcionais entre elas. É preciso ficar claro que a escola é uma organização orientada por finalidades, controlada e permeada pelas questões do poder.”

Dessa maneira entendemos que analisar a estrutura organizacional da escola possibilita ampliar a discussão sobre a funcionalidade da escola e da maneira que esta organizada assim como amplia as possibilidades de se reorganizar as perspectivas relacionadas tempo e espaço escolar a fim de atender de forma significativa a comunidade escolar. O que para nós não caracteriza a desconstrução da organização proposta e discutida pela escola e que é norteada pela Lei de diretrizes e Bases Nacional, mas caracteriza a ampliação ou reformulação dos conceitos e atitudes que adotamos nesse espaço.

Dentro dessa perspectiva analisaremos a estrutura organizacional da escola Estadual Padre camargos, a fim de revermos e pontuarmos situações que podem ser modificadas. Acreditamos que a escola ao conseguir redimensionar a sua organização funcional atrelada ao contexto social a que pertence contempla um processo de autonomia que reafirma a sua identidade.

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Dentro da perspectiva de reflexão sobre a estrutura organizacional VEIGA (pag 06) aponta que :

“A locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. Fazendo parte, ainda, das estruturas administrativas todos os elementos que têm uma forma material como, por exemplo, a arquitetura do edifício escolar e a maneira como ele se apresenta do ponto de vista de sua imagem: equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, cores, limpeza e saneamento básico.”

Nesse sentido apresentaremos como a escola Padre Camargos esta estruturada no aspecto pedagógico e físico ; sendo assim atualmente a escola atende aproximadamente 1.700 alunos. A estrutura física é composta por 3 blocos, 20 salas de aula, 2 banheiros para alunos, um masculino e o outro feminino, 3 banheiros para professores e funcionários, 1 cantina com um pequeno depósito para a guarda de alimentos, 1 quadra de esportes coberta e 1 descoberta, pátio, 1 sala de informática, 1 auditório, 1 sala de professores, 1 sala de direção, 1 biblioteca, 1 conjunto de salas de secretaria, 1 vestuário masculino e 1 feminino sem chuveiros ou armários.

A estrutura física da escola é precária e necessita de reforma urgente, uma vez que a escola possui 30 anos e nunca passou por reformas. Há vazamentos nos banheiros, as válvulas de descarga são antigas e não tem mais como serem reparadas. Os banheiros dos professores não possuem ventilação, pois ficam localizados dentro de outras salas o que torna totalmente desconfortável o uso dos banheiros. Não existe chuveiro na escola para os alunos. Não existe refeitório, os alunos seguram os pratos assentados no chão durante as refeições. Há na escola várias áreas sem serem cimentadas e no período de chuva os alunos e funcionários precisam caminhar na lama. As colunas de sustentação também apresentam as ferragens expostas. O telhado está danificado. Entretanto apesar de necessitar de muitas reformas para atender melhor a demanda da comunidade escolar a mesma não dispõe de recursos para tal, mas tenta se reorganizar para atender a demanda da comunidade escolar.

Em relação a estrutura pessoal a escola conta com 1 diretor, 3 vice-diretores, sendo um para cada turno, 6 especialistas de educação básica, 2 para cada turno, 46 professores efetivos e 19 designados, 1 secretária, 12 auxiliares de secretaria e 1 técnico de Contabilidade, 28 auxiliares de serviços da educação básica. Esse quadro técnico atende a demanda de atendimento porém entendemos que seria de grande valia se o quadro fosse composto por profissionais efetivos para que a escola solidificasse a sua proposta de trabalho.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Tomando como base VEIGA apud ALVES cita que :

As estruturas pedagógicas referem-se, fundamentalmente, às interações políticas, as questões de ensino aprendizagem e as de Currículo. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Dentro dessa perspectiva acreditamos que o processo de ensino aprendizagem deve ser refletido, discutido sistematicamente a fim de promovermos uma educação significativa e que crie possibilidades de interação do estudante com seu meio social, cultural e político. A escola Padre Camargos nesse sentido ao inserir e discutir o seu Projeto Político Pedagógico percebe a necessidade de redimensionar algumas de suas práticas e organizações para melhor atender a comunidade escolar.

Atualmente a escola pedagogicamente se organiza por ciclos nos anos finais do ensino fundamental ; sendo o ciclo intermediário com duração de dois anos (6º e 7º anos) , o ciclo de consolidação também com dois anos de duração atendendo os , 8º e 9º anos do ensino fundamental; Esse dois ciclos são atendidos no 2º turno. O objetivo dos ciclos intermediário e de consolidação é consolidar e aprofundar os conhecimentos competências e habilidades adquiridos no ciclo de alfabetização e complementar. A escola ainda atende no 1º turno uma média de 700 alunos nos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio e no 3º turno atende uma média de 400 alunos nos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Essa etapa se caracteriza pela fase conclusiva da Educação Básica.

Em relação a organização das aulas cada professor tem o livre arbítrio para utilizar e escolher os instrumentos que melhor se adequar a realidade de sua turma. Esses instrumentos são utilizados para auxiliar os estudantes e professores no processo de ensino aprendizagem. Esses podem ser mecanismos que refletem as ações culturais e sociais embasados em atividades coletivos ou individuais , atividades orais e escritas. Deve se levar em consideração para a organização das atividades pedagógicas do ensino fundamental a forma gradativa e crescente em complexidade, considerando os conteúdos básicos comuns de modo a assegurar que ao final dessa etapa todos os alunos tenham garantido um processo de aprendizagem significativo. Para o ensino médio a escola adota a proposta de

promover um ensino de qualidade de forma a ampliar o acesso e garantir um maior índice de estudantes concluintes desse ciclo, assim como incentivar e promover a melhoria dos recursos disponíveis e salientar a proficiência dos estudantes. Assim para o ensino fundamental e médio visam um processo de aprendizado significativo onde o estudante possa apropriar-se de instrumentos intelectuais que permitam a compreensão da realidade e mudança no modo de agir sobre elas.

O Projeto Político Pedagógico da escola traz no seu perfil a filosofia e missão do estabelecimento de ensino, que é trabalhar no âmbito escolar partindo do conhecimento prévio do corpo discente e comunidade, para através de um planejamento participativo formar cidadãos críticos, atuantes e conscientes de seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania e protagonistas da própria história.

3. CURRÍCULO

Existem diferentes apontamentos para definir a expressão currículo, as mais comuns definem currículo como: grade curricular, ou seja, a divisão em disciplinas e conteúdos trabalhados por elas, ou planos pedagógicos, listagem de conteúdos ou até mesmo experiências de aprendizagem do estudante.

Nesse sentido fazendo uma análise da história da educação em nosso país, centrado nas características de nosso estado, no que diz respeito à caracterização e organização do currículo escolar percebemos que ao longo das décadas são traçadas concepções e ideologias para se definir o que é e o que abordar nos currículos escolares. Assim como percebemos a dimensão política que envolve a formulação de concepções sobre a educação e abrangência de seu currículo.

Nessa perspectiva Moreira cita, no texto *Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços*, que nos anos 80 a proposta para o currículo da educação se baseava na pedagogia crítico-social dos conteúdos e na educação popular, com a finalidade prioritária de “*melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola pública e reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar que penalizavam, predominantemente, as crianças das camadas populares.*” Acreditava-se que o Estado deveria organizar o seu sistema de ensino através de uma base

comum de conhecimento. Assim segundo Moreira *“adotou-se o ponto de vista de que a escola deveria transmitir a todos os que a ela tivessem acesso, sem discriminação, “o saber universal, ou seja, o saber historicamente acumulado, necessário à formação dos cidadãos”*. Logo

“A proposta curricular do Plano Mineiro preservou as disciplinas tradicionais, enfatizando, ao mesmo tempo, a necessidade de renovações no ensino, particularmente nas disciplinas ciências, história, geografia e educação para o trabalho. Desejava-se direcioná-las, respectivamente, para os seguintes objetivos: o domínio da linguagem científica, a compreensão da realidade cultural como produto histórico das ações humanas, a compreensão do espaço como realidade viva, a compreensão das condições da vida do homem e da sociedade em suas determinações fundamentais e representações culturais.”(Moreira 2000, pag 113)

Entretanto na década de 90 as políticas educacionais discutiam uma idéia de currículo centradas nas perspectivas da escola ,segundo Moreira visando a integração de conhecimentos escolhidos pela unidade do que basicamente no saber sistematizado universal abordado anteriormente pela concepção de currículo com conteúdos universalizado. Nesse sentido Moreira cita Barreto:

“As propostas pautaram-se na “idéia de integração do currículo como recurso facilitador da postura reflexiva em relação ao saber constituído, reiterando o propósito de inserção do aluno na sociedade como cidadão autônomo, consciente e crítico” (Barreto 1998, p. 27). No entanto, não ignoraram”

Atualmente o currículo é discutido e dimensionado através do Projeto Político pedagógico das escolas, Veiga (2002) aponta que:

“O currículo é uma parte importante da organização escolar e faz parte do Projeto Político Pedagógico de cada escola. Por isso deve ser pensado e refletido pelos sujeitos em interação que tem um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente.”

Dentro da perspectiva que Veiga aborda sobre o referencial teórico trazemos para reflexão que a atual legislação educacional brasileira contempla dois eixos curriculares: Uma base Nacional comum e uma parte diversificada, assim como traz parâmetros curriculares para auxiliar na composição desses eixos, o que analiticamente não descarta totalmente a ideologia política da década de 80 ;O estado apresenta como diretriz para a construção do currículo além das diretrizes

Federais o embasamento na Matriz de referência e do CBC instrumentos esses que nos remetem a ideologia dos anos 90, pois esses foram construídos e discutidos com a base da escola. É fato que a forma de se utilizar os instrumentos supracitados e a maneira de se perceber a escola hoje é mais reflexiva e preocupada com a cidadania e realidade de cada unidade escolar. Nesse sentido queremos apontar que as políticas educacionais se fazem necessária para que possamos refletir o momento social no qual estamos inseridos, mas temos que nos alertar para não desconsiderar baseados em nossos posicionamentos políticos tudo que se veio construindo ao longo das décadas.

No que tange a construção do Currículo escolar articulado ao contexto social a escola Estadual Padre Camargos apresenta em seu Projeto Político pedagógico um referencial de um currículo que reduza o isolamento entre os diferentes componentes curriculares agrupando-o em um todo mais amplo que se baseia na LDBEN, no CBC e nas matrizes de referência do estado.

Esse currículo apresenta características que devem ser abordadas em cada ciclo e ano do ensino médio, Recursos didáticos pedagógicos e processo de avaliação objetivando que ao final de cada modalidade seja ela ensino fundamental ou médio seja possibilitado o desenvolvimento integral do estudante.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar pode ser caracterizado pela forma com que a escola se organiza. Cavaliere 2007 (pag. 2017) em seu artigo “Tempo de escola e qualidade na educação pública aponta que *“A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade.”* Nesse sentido apontamos que as organizações dos tempos escolares também refletem a forma com que a comunidade a qual ele pertence percebe e discute a escola. Dessa forma o tempo escolar não deve ser uma forma de engessar as propostas da escola, mas que esse possa possibilitar a reorganização do espaço e propostas que melhor atendam os estudantes. Assim descreveremos aqui como a escola Padre Camargo se organiza para efetuar e solidificar a sua proposta de ensino.

A escola atende os estudantes em três turnos (manhã , tarde e Noite) ,sendo os anos finais do ensino fundamental e ensino médio.O calendário é

composto por duzentos dias e treze escolares. O ano letivo é dividido em quatro bimestres e os módulos aulas tem 50 minutos. A escola não apresenta programa e estrutura física para atender a escola de tempo integral.

Os professores apresentam uma carga horária variada podendo ser de 18 a 25 aulas, o tempo de planejamento varia de acordo com a quantidade de módulo-aula. Esse planejamento necessariamente não precisa ser realizado dentro do espaço escolar. A equipe pedagógica se organiza para atender os estudantes com uma proposta de acompanhamento de recuperação paralela a cada bimestre. A proposta de ensino fundamental contempla nove anos e o ensino médio três anos.

Ao analisarmos a proposta curricular da escola percebemos que a mesma ainda é bem segmentada se aproximando ainda da idéia de seriação apesar de usar a nomenclatura de anos escolares. Assim entendemos que a escola ainda precisa redimensionar a sua proposta e concepção de ensino articulando mais suas propostas, os tempos e espaços escolares a fim de possibilitar novas discussões com a comunidade escolar e ressignificar as possibilidades da educação ofertada.

5-6 PROCESSO DE DECISÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na Escola Estadual Padre Camargos são pautadas na democracia, na moral e na ética. Ainda que o Estado através da SEE/MG exerça um controle sobre as macro-decisões tomadas na escola, existe uma participação coletiva, formada por professores, pais, direção e comunidade através do colegiado, na tomada das decisões que influenciam diretamente a vida escolar.

A direção da escola é democrática e se preocupa em compartilhar as dificuldades do dia-a-dia, além de ouvir e acatar o grupo na tomada de decisões. O aluno é o protagonista e a razão de existir da instituição. A escola visa ao desenvolvimento desse aluno, sem deixar de considerar o professor como um elemento fundamental na construção do conhecimento. A escola oferece aos professores e funcionários através de reuniões, dinâmicas e conversas diárias, a oportunidade de criticar, sugerir, redirecionar projetos e trabalhos que envolvem a dinâmica da escola.

As relações de trabalho são pautadas na moral e na ética. Considera-se que desenvolver a consciência ética e moral é despertar nos indivíduos o

conhecimento sobre o fato e a liberdade de escolha, ou seja, a autonomia nas decisões. Os membros da instituição abraçam a escola com o sentimento de pertencimento e desejam construir diariamente um ambiente de ensino que é capaz de transformar a vida em sociedade. A escola tem o poder de abrir a visão do indivíduo, ensinar a verdade que liberta do opressor.

Em relação ao exercício do poder, segundo Weber (1979, p.43), poder “significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”. Pode-se considerar também que de certa forma a democracia é a ditadura de cada um de nós. Cada um ao impor sua vontade, defender seu ponto de vista também deseja exercer sobre o outro uma forma de poder. Segundo Maquiavel para conhecer uma pessoa basta dar a ela poder. É perceptível que dentro da escola, não só o diretor, mas várias pessoas tentam através da força e da manipulação defender determinadas ideias. É preciso que o diretor seja democrático e não se deixe intimidar por determinados grupos. Sempre existe um grupo que tenta usar as más condições da escola pública, como baixo salário, violência, desestrutura familiar, falta de acompanhamento da família, violência, falta de incentivos por parte do governo para desestimular os outros na melhoria da escola. Porém é preciso levar o grupo acreditar que a mudança começa de baixo para cima e não o contrário. Somente quando a escola conseguir envolver a comunidade civil e tê-la como parceira e bem-vinda no ambiente escolar é que as mudanças ocorrerão.

A Escola Estadual Padre Camargos é um laboratório de experimentos, as novas ideias são discutidas, colocadas em prática e avaliadas, quando têm um resultado positivo são aprimoradas, caso não funcionem de acordo com o esperado são discutidas pelo grupo, analisadas e reformuladas.

A Escola Estadual Padre Camargos é aberta ao diálogo com os colaboradores internos e externos. Busca a parceria da comunidade, empresas, ongs, igrejas, polícia militar, enfim, todo o entorno da escola tem o convite e a abertura para ajudar na construção de uma escola viva, dinâmica e formadora de cidadãos ativos na sociedade, conhecedores dos seus direitos, mas principalmente dos seus deveres na construção de uma sociedade justa e igualitária.

7. Avaliação

A avaliação no contexto escolar normalmente é considerado uma prática pedagógica que visa avaliar a aprendizagem do estudante, entretanto gostaríamos de salientar aqui a importância de se ampliar o conceito do processo de avaliação, pois essa deve ser feita não apenas com os estudantes mas também devemos inserir em nosso contexto a avaliação da instituição visando a possibilidade de propiciar uma educação de qualidade. Reafirmos esse pressuposto baseados em Souza que cita a importância da unidade escolar fazer uma avaliação das questões instrucionais, do processo de aprendizagem, das metodologias e práticas que são utilizadas pela escola. Acreditamos então que uma educação democrática deve acolher os processos de avaliação a fim de propiciar uma educação significativa e de qualidade.

Na escola Padre Camargos a avaliação é entendida como um instrumento auxiliar do processo de ensino aprendizagem dialógico e interativo. Esse processo visa uma ação contínua com função diagnóstica e investigativa a fim de favorecer informações que possibilitem ações para auxiliar o educando. Em relação ao processo de ensino aprendizagem a escola adota avaliações com caráter qualitativo, observa os aspectos afetivos (social e cognitivo), essas são contínuas e levam em consideração o desenvolvimento gradativo do estudante. O professor tem a liberdade de escolher o melhor mecanismo de avaliação de sua turma levando em consideração os objetivos supracitados. As avaliações são feitas bimestralmente, onde o estudante será avaliado através de uma pontuação e acordo com o seu desempenho durante o mesmo, desempenho esse que é mensurado através de trabalhos, pesquisas e atividades coletivas, individuais, escritas, orais que levam em consideração as questões sócio culturais do estudante. Para os estudantes que não alcançarem a média existem estudos paralelos que os auxiliam no desenvolvimento e compreensão das habilidades trabalhadas nesse bimestre. Ao final de cada ano no ciclo acontece uma avaliação global que subsidiará o planejamento da continuidade dos trabalhos no ano seguinte. Essa avaliação global é utilizada para a elaboração de uma síntese dos progressos individuais alcançados para a comunicação aos pais e estudantes levando em consideração todos os processos adotados em sala de aula. De acordo com o regimento da escola no início do ano letivo é necessário que

se faça um diagnóstico de aprendizagem, cujo o resultado servirá para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa.

Em relação à avaliação da instituição Souza cita que

“A partir do planejamento Participativo a escola conecta de forma substantiva gestão e avaliação ou dito de outra forma: A avaliação do conjunto do trabalho da escola como instituição educativa como subsídio do processo de planejamento, é um instrumento de gestão democrática da instituição.”

Nesse sentido entendemos que a escola ainda precisa se reorganizar e discutir mais amplamente esse aspecto para aprimorar seu atendimento a comunidade escolar como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola Padre Camargos tem o seu Projeto Político Pedagógico, que aqui foi apresentado, como um norteador para auxiliar no levantamento de problemas assim como para auxiliar nas tomadas de decisões dessa instituição. Dessa forma acreditamos ser necessárias algumas análises e sugestões que visam discutir e reformular pontos desse projeto a fim de propiciar um melhor aproveitamento do mesmo.

A princípio vemos como necessário uma maior divulgação e envolvimento da comunidade escolar na implementação do Projeto Político Pedagógico da escola. Assim como se faz necessário ampliar os momentos e espaços para se discutir a proposta desse para se reformular ou acrescentar alguns itens que não foram contemplados no mesmo, como a proposta de ensino aprendizagem para estudantes inclusivos.

No que se refere ao Projeto Político destacamos Oliveira apud Paro 1999, que afirmam que o PPP deve assumir *“movimentos a serem construídos, as formulações propostas indicam que é necessário criar as condições para a construção da autonomia da escola, por meio da definição do desenho do seu projeto e da delimitação do grau de flexibilidade a ser dado a ele.”*

Nesse sentido acreditamos que a escola ainda precisa fortalecer seus conselhos escolares, criar e incentivar o grêmio estudantil, reforçar a importância das assembleias escolares visando à tomada de decisões com mais clareza participativa e democrática.

Ressaltamos que a escola Padre Camargos tem muitas dificuldades em relação a sua estrutura física, assim como com a aproximação da comunidade, entretanto salientamos a busca e o compromisso continuo do coletivo em promover uma educação de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 10/08/2014;

Kelly, A. V. (1981). O currículo. Teoria e Prática. São Paulo: Harbra. Pp. 03-07. http://www3.uma.pt/jesusousa/DocumentosCCPCCDoutoramentoBrasil_ficheiros/3Definircurriculo.pdf acesso em 20/08/2014

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 15/08/2014

ALVES, José Matias. Organização, gestão e projecto educativo das escolas. Porto, Edições Asa, 1992.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. in Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

CAVALIERE, ANA MARIA TEMPO DE ESCOLA E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA acesso em 25/08/2014
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/discuss.php?d=37363>

